

O ensino do aluno com deficiência intelectual

RESUMO

Miriam Silvério
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná,
Brasil.

Antônio Aprigio
aprigio@utfpr.edu.br
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná,
Brasil.

Este trabalho teve como temática o aluno com deficiência intelectual e as formas de levar o aprendizado até este, com objetivo de conhecer as dificuldades que este aluno apresenta e as maneiras que o ensino deve ser dirigido ao aluno com deficiência intelectual. Trata ainda sobre as necessidades encontradas para se trabalhar com esse público nas escolas e apresentar algumas técnicas que podem ser desenvolvidas pelos professores de maneira que não exclua o aluno e sim proporcione oportunidades de interação. Apresenta conceitos sobre a inclusão do aluno com necessidades especiais visando sua participação em todas as atividades focando em suas potencialidades, relata sobre os direitos que o educando possui quanto ao atendimento especializado por professores capacitados que atendam as necessidades apresentadas, o atendimento educacional especializado e práticas para a inclusão. Sobre as práticas pesquisadas que podem ser trabalhadas com o aluno com deficiência intelectual percebe-se que são práticas focadas em jogos interativos e educacionais de modo a estimular o aluno a desenvolver sua estrutura mental, sua autonomia e autoestima.

PALAVRAS-CHAVE: Métodos; aprendizagem; atendimento especializado; inclusão.

INTRODUÇÃO

Há vários métodos para se trabalhar em sala de aula, abrangendo de modo heterogêneo os alunos. Visando que cada um em suas especificidades possui seus próprios meios de aprendizagem o qual o professor precisa descobrir a metodologia para trabalhar com cada caso. Para tanto é preciso ainda um olhar voltado aos alunos com Deficiência Intelectual.

Verificar como o professor tem trabalhado o quesito inclusão em sua classe e o quanto estão cientes sobre a deficiência intelectual, são fatores que rondam escolas e preocupam pais de grande parte das instituições de ensino.

Os pais preocupados com os filhos para que acompanhem a turma, confiam no atendimento escolar, os professores por sua vez tentam levar o aprendizado a todos sem distinção. Porém é preciso analisar esse profissionalismo como está acontecendo. Analisar se as escolas têm proporcionado especializações para os professores, tendo em vista a colaboração de todos, escola, comunidade e pais para um trabalho eficaz com estes alunos.

O objetivo do presente estudo é analisar sobre a Deficiência Intelectual entendendo as dificuldades apresentadas nos alunos e sugerir alguns métodos para desenvolver trabalhos significativos aos educandos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A DI por ser difícil de diagnosticar acaba se tornando um impasse nas escolas devido à demora do diagnóstico. Por algum tempo foi utilizado o método coeficiente de inteligência (QI) para se chegar ao resultado. Uma definição baseada no QI fez com que a Organização Mundial da Saúde classificasse a Deficiência em três níveis, leve, moderado e profundo. (GOMES *et al.* 2007).

2.1 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A DI se caracteriza pela dificuldade de aprendizagem e comprometimento do comportamento assim sendo, ela se manifesta de maneira especial em período escolar. (GOMES *et al.* 2007).

Também definida por Sampaio C. e Sampaio S. (2009) como problemas que ocorrem no cérebro, levando a um desenvolvimento cognitivo baixo, mas que não atingem outras regiões do cérebro.

As causas da DI são 30 a 50% desconhecidas sendo mais relevantes os fatores congênitos, genéticos ou adquiridos. Alguns exemplos de DI são, Síndrome de Down, Síndrome alcoólica fetal, Intoxicação por chumbo, Síndromes neurocutâneas, Síndrome de Rett, Síndrome do X-frágil, Má formações cerebrais e Desnutrição protéico-calórica. (TEDDÉ, 2012).

O diagnóstico precoce é importante, pois quanto antes a criança começar a exercer as aprendizagens cognitivas melhores resultados e desempenho obterá. As potencialidades e dificuldades devem ser diagnosticadas para que sirvam de ponto de partida para o trabalho no sistema de apoio (SILVA; COELHO, 2014).

2.2 A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA

O aluno com deficiência intelectual apresenta dificuldades em construir o conhecimento e também em mostrar suas capacidades. Essas dificuldades são agravadas quando a escola se apresenta em modelo tradicional de ensino onde o aluno somente recebe informações sem interagir e sem ser estimulado. Essas escolas acabam por enfatizar a deficiência inibindo o desenvolvimento da aprendizagem do educando (GOMES *et al.* 2007).

A desistência do aluno acontece devido a muitas escolas atenderem os alunos de forma limitada, não oferecendo o que ele precisa para seu desenvolvimento. A evasão acontece seja por questões sociais, deficiências ou diferenças sexuais, pois precisam de apoio e atenção como qualquer outro aluno (FARIAS; SANTOS; SILVA, 2009). Isso significa que, em muitos casos o aluno é discriminado pelos itens citados a cima o que o desmotiva e os leva a desistência.

Escolas em que predominam conceitos conservadores e autoritários podem inibir o desenvolvimento do aluno, muito mais quando este possui DI. Essas escolas muitas vezes prezam pela competição e o despejamento de conteúdo. Dessa forma o professor se vê sobrecarregado buscando em muitos casos tirar o aluno com DI de sua sala encaminhando-o para qualquer lugar que possa dar atendimento especial. Essa atitude enfoca a deficiência do aluno deixando o de lado excluído. (GOMES *et al.*, 2007).

Gomes *et al* (2007) diz que a escola precisa se adaptar a esses alunos e não vice-versa, é preciso recriar suas práticas, mudar suas concepções, reconhecendo e valorizando as diferenças. O ato de ensinar é coletivo o professor disponibiliza um conhecimento para todos sem exceção.

Para Ribeiro, Lima e Santos (2009) as adequações devem incluir a redução de número de alunos em sala de aula para que o professor possa trabalhar de modo eficiente atendendo todos os alunos. Alguns professores acreditam ser justa a inclusão e as adaptações para acolher esses estudantes e mesmo entendendo o respaldo dos princípios educativos sobre a inclusão muitos docentes se sentem despreparados para aceitarem esses alunos em suas classes.

Sampaio e Sampaio (2009) citam a socialização e a autonomia como um dos benefícios da educação inclusiva e de um modo geral ainda enfatiza sobre a interação entre aluno com e sem DI para uma relação de respeito às diferenças e o desenvolvimento de trabalhos em equipe onde haja efetivamente essa interação.

É através dessa educação inclusiva que o aluno pode viver de forma autônoma e integrada, sendo preparada para interagir de forma independente e funcional em todos os aspectos de sua vida (FRANÇA *et al.* 2008).

Os autores França *et al.* (2008) ressaltam também para os princípios estabelecidos nos estudos de Piaget e Speck (1978) sobre a intervenção ativa com o DI. São os princípios ativos, estruturação, transferência, associação da linguagem e ação e aprendizagens sociais.

É comum o diagnóstico ser realizado em crianças que já frequentam a escola, quando assim, esse processo envolve avaliação psicométrica e adaptativa para identificar as áreas que precisam ser mais e menos desenvolvidas. O apoio prestado a criança com DI deve ser multidisciplinar envolvendo todos que participam de sua vida de modo a fortalecer sua aprendizagem. (SILVA; COELHO, 2014).

2.3 OS DIREITOS DO ALUNO DEFICIENTE INTELECTUAL

A criança com necessidades especiais tem seus direitos garantidos por lei é o que fica explícito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Em seu artigo 58º a educação especial é uma

modalidade de ensino que deve ser oferecida preferencialmente em rede regular de ensino aos alunos com necessidades especiais.

Os incisos do artigo tratam ainda sobre os serviços especializados que deverão ser ofertados para atender a clientela de educação especial; o atendimento deverá ser realizado em classes, escolas ou serviços especializados, atendendo as condições dos alunos quando sua integração não for possível em sala comum; a oferta do ensino é dever do Estado com início na faixa etária de zero a seis anos de idade para educação infantil. (LDB, 1996).

O art. 59º diz que o sistema do ensino assegurará ao aluno com necessidades especial currículos, métodos, recursos educativos para tender suas necessidades; professores capacitados para integração do aluno em sala de aula e professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado (LDB, 1996).

O artigo 60º trata dos critérios de caracterização das instituições privadas especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, que os órgãos normativos dos sistemas estabelecerão para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Este por sua vez adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino. (LDB, 1996).

Sobre estes direitos e garantias à educação especializada, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também interage em conformidade com os artigos da LDB.

Em seu artigo 208. Inciso II retrata sobre ações de responsabilidade pelo não cumprimento aos direitos assegurados à criança e ao adolescente de ter acesso ao atendimento educacional especializado.

Esse atendimento não é focado somente aos professores mas a todo o sistema de ensino que deverá proporcionar ao aluno, quando necessário, reforço escolar, atendimento psicossocial às famílias e todos os meios que proporciono o aluno o acesso e a permanência a escola (DIGIÁCOMO M, e DIGIÁCOMO I, 2013).

2.4 AS PRÁTICAS PARA A INCLUSÃO NA ESCOLA

A inclusão só pode acontecer quando houver a prática voltada às necessidades do aluno, para isso acontece o preparo do professor especializado que atua como orientador e supervisor de tais práticas (EDLER, 1997).

As práticas ocorrem após realizar-se um diagnóstico, avaliar os alunos onde serão identificadas as potencialidades e suas necessidades. Analisando educação escolar é uma instância educativa que trabalha com o desenvolvimento do educando, visando suas habilidades cognitivas juntamente com outras formações como, por exemplo, convicções como habilidade motora. (BRASIL, 2006).

A avaliação se dá pela análise nos âmbitos educacional, aluno e família. No âmbito educacional analisa-se a dimensão educacional escolar e a ação pedagógica sobre os aspectos filosóficos de valores e crenças, a estrutura e funcionamento organizacional, professor, sala de aula, recursos de ensino aprendizagem, estratégias metodológicas utilizadas para o ensino do conteúdo e estratégias avaliativas. (BRASIL, 2006).

Quanto ao âmbito familiar é levado em consideração o convívio e as características do ambiente familiar. São observadas as condições físicas da moradia, cultura, valores e atitudes, expectativas de futuro, pessoas que convivem com o aluno, relações afetivas e qualidade das comunicações (CAPELLINI; RODRIGUES. 2012).

É necessário que haja mediações entre os aspectos cognitivo, afetivo, linguístico, motores, psicomotores para que aconteça o desenvolvimento de competências e de habilidades para as condutas de adaptação do aluno com DI (BRASIL, 2006).

Habilidades e competências precisam ser desenvolvidas pelo processo ensino aprendizagem. Há competências cognitivas de níveis distintos de ações e operações mentais. Os níveis são básico, operacional e global. (BRASIL, 2006).

O nível básico corresponde às ações mentais que analisam as características dos objetos proporcionando a construção de conceitos são exemplos, levantar dados, analisar e reconhecer um objeto dentre outros localizando sua posição; o nível operacional são ações mentais coordenadas que pressupõe relações entre objetos possibilitando classificar, organizando objetos de acordo com um critério, incluindo classes e subclasses; seriar, organizando objetos de acordo

com suas semelhanças ou diferenças; o nível global compreende as ações e operações mentais mais complexas que exigem a aplicação dos conhecimentos a situações diferentes e à resolução de problemas inéditos, são exemplos, analisar determinados objetos com base em princípios, valores; explicar causas e efeitos de determinados fatos e fenômenos; fazer generalizações a partir de leis ou de relações descobertas ou estabelecidas em situações diferentes.(BRASIL, 2006).

Sobre o processo ensino aprendizagem destacam-se elementos tais como o aluno que constrói seu conhecimento, os objetos do conhecimento e os educadores que atuam como mediadores entre o aluno e o objeto de estudo (BRASIL, 2006).

Outra forma seria deixar o aluno livre para que ele cole as bolinhas de papel onde ele desejar sobre o desenho, e não seguir traços sem sentido para ele. Através dessa metodologia o aluno pode criar e inventar outro desenho ou implementar o que lhe foi entregue. Seu desenvolvimento cognitivo estará em desenvolvimento, ou seja, em ação. (GOMES *et al.* 2012).

A socialização também entra como prática para inclusão, ela precisa ser vivenciada tanto na escola regular como no Atendimento Educacional Especializado (AEE). A socialização exige construções cognitivas e compreensão da relação com o outro. O que não pode acontecer é a falsa socialização, onde o estudante é tolerado em sala de aula perpetuando sua exclusão. (GOMES *et al.* 2012).

Ribeiro, Lima e Santos (2009) mostram que a escola inclusiva precisa ter um projeto pedagógico o qual toda equipe possa discutir, entender e promover transformações em sua organização e funcionamento tendo por finalidade atender as necessidades dos alunos. Aos professores é necessário que desenvolvam domínio teórico-prático sobre as concepções buscando o aperfeiçoamento de sua prática. “Logo, uma nova abordagem educacional pressupõe pensar o ensino a partir de uma atitude aberta, flexível e, sobretudo, reflexiva em relação à própria prática educacional”. (RIBEIRO; LIMA; SANTOS, 2009, p. 95).

2. 5 MÉTODOS PARA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Silva e Coelho (2014) falam sobre Maria Montessori, que trabalhou com psiquiatra em asilos e constatou que as formas como eram tratados não lhes permitiam desenvolvimento. Então investiu em estudos de outros pesquisadores, médicos-educadores e assim criou seu próprio método focado em objetos concretos. Seus estudos se concretizaram em um trabalho que realizou com jovens com DI onde identificou que as dificuldades advinham da pouca estimulação sensorial.

A qualidade do processo de aprendizagem depende das atividades construtivas dos alunos, da natureza do conteúdo, da metodologia didática e das ajudas que lhes são prestadas por professores e pelos próprios colegas. (BRASIL, 2006).

Um passo inicial para se trabalhar conceitos matemáticos é proporcionar aos alunos situações de aprendizagem em que eles mesmos possam construir seus conceitos. Os jogos matemáticos, por exemplo, são um ótimo meio para essa aprendizagem. Por terem caráter lúdico despertam nos alunos curiosidades e atenção o que podem levar a interação, no caso com a matemática. (ROCHA, 2010).

As estratégias são várias para se trabalhar com o aluno DI, são jogos, atividades voltadas à realidade do estudante para que se sinta estimulado outro método importante é utilização de computadores. Independente do recurso que se utiliza o que vai concretizar o aprendizado será a abordagem teórica sobre o uso desse equipamento. Há *softwares* que permitem a interação do aluno com o computador de maneira que este aprenda como os métodos tradicionais. O professor precisa estar atento à esse processo para que possa analisar como o aluno está procurando as respostas. (FALCONI; SILVA, 2002)

Junior (2010) ressalta sobre o benefício dos jogos estimulando o cognitivo de maneira prazerosa, pois acredita que a criança satisfaz suas necessidades básicas como nos aspectos físicos, social e psíquico. Aponta o uso do computador como uma ferramenta que auxilia o desenvolvimento do aluno. A atividade no computador permite ao educando utilizar seu corpo e sua mente.

Quanto aos jogos Valle (2008) explica sobre sua importância e que precisa estimular a criança não somente a jogar e adquirir conhecimentos sistematizados

e sim fazer com que as crianças entendam os jogos, interpretando, questionando e buscando soluções para os problemas.

Outro método é a utilização de cartazes, a criança realiza trabalhos que ficarão expostos na sala de aula ou em corredores, quando ela olha percebe o trabalho que fez tornando-o uma referência visual assim também estimula sua memorização. (FALCONI; SILVA, 2002).

Em sala de aula o professor deve trabalhar de forma sempre a integrar o aluno com a turma, fazendo com que ele disponha de todo material didático que as demais crianças utilizam. Os trabalhos em grupo também são importantes, pois proporciona ao aluno com DI o companheirismo com os outros alunos e trabalha o respeito às diferenças. (FALCONI; SILVA, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A deficiência intelectual é apenas mais uma entre tantas outras, seja qual for a dificuldade do aluno é preciso ter em mente que o trabalho deve ser bem elaborado com a finalidade de desenvolver o aluno. A deficiência intelectual como explica Teddê (2012) faz com que o desenvolvimento em algumas habilidades aconteça de forma lenta.

Gomes *et al.* (2007) vem expor sobre como agir dentro da escola como o aluno DI. Compete então à escola trabalhar as habilidades explorando outras capacidades do aluno para que esse se desenvolva por completo. É fato que para realizar este trabalho algumas necessidades educacionais são importantes.

Escola sozinha não consegue agir assim como o professor o aluno e os pais sozinhos não podem resolver o problema, o trabalho é em equipe envolvendo todos com um único objetivo, o de desenvolver a criança plenamente.

Nascimento (2009) ressalta sobre o atendimento ao aluno com DI, das intervenções pedagógicas e das metodologias que devem ser utilizadas de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

A formação continuada também é essencial para este processo, o professor não pode adquirir apenas um método diferenciado, é preciso ir além estar sempre atrás de novidades, pesquisar sobre as deficiências, entrar em contato com outros professores que passam ou passaram pelas mesmas situações e assim trocar ideias e criar outras, aperfeiçoamento profissional como cursos de

especialização. Sobre formação continuada Nascimento define: todos os que estão envolvidos com a aprendizagem desses educandos precisam refletir sobre o seu papel e, aperfeiçoar as condições oferecidas, para que esses alunos tenham um bom desempenho acadêmico com aprendizagens significativas e contextualizadas com suas necessidades e interesses.(NASCIMENTO, 2009 p.289).

O relacionamento escola e família também precisam ser valorizados, os pais precisam acompanhar o desenvolvimento de seus filhos e o professor precisa buscar essa interação.

Toda e qualquer atividade que o professor venha a desenvolver com sua turma, é preciso antes um planejamento para que o ensino não seja de forma banal e sim dirigido. O ensino precisa abarcar a todos sem distinção. Falconi e Silva (2002) relatam algumas estratégias possíveis para serem desenvolvidas como: trabalhar com a realidade do aluno e dar ênfase em suas habilidades; manter rotina diária; as atividades devem ser explicadas lentamente e repetir quantas vezes forem necessárias, pois a repetição possui grande importância no desenvolvimento da criança com DI; observar como o aluno reage e age a cada nova atividade; propor trabalhos que desenvolvam as habilidades sociais, de comunicação, cuidados pessoais, autonomia; trabalho em campo pesquisas, atividades com práticas e vivências estimulando o conhecimento e novas ações; dramatização com músicas, teatros e leituras entre outras.

Acredita-se que com tais estratégias o aluno desperta para o conhecimento através do interesse e participação em todas as atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deficiência intelectual por não se mostrar visível em muitos casos, passa despercebida pelos professores ou ainda é vista como preguiça e falta de interesse por parte do aluno. Acredita-se então que uma avaliação inicial seja o primeiro passo para um professor que está conhecendo sua turma.

A avaliação pode detectar as dificuldades e as potencialidades de cada aluno, só assim o professor pode começar a trabalhar os conteúdos e identificar o aluno com deficiência intelectual.

Quando identificada a DI o professor juntamente com equipe pedagógica deve procurar os melhores meios para o aprendizado do aluno. Ressaltando que o diagnóstico deve ser dado por profissionais como psicopedagogo, psicólogos ou médicos após muitas avaliações.

O professor conhecendo seu aluno e sabendo de suas necessidades deve buscar auxílio para trabalhar com este de maneira não exclusiva, mas de forma que o aprendizado chegue a todos sem diferenciação. Buscar métodos diferenciados para desenvolver o conteúdo com a turma toda e respeitar o tempo de cada aluno, especialmente o que apresenta DI são fatores essenciais para um aprendizado significativo.

O trabalho pode alertar sobre a Deficiência a professores e envolvidos no aprendizado do aluno, quando não conseguem entender o motivo pelo qual este apresenta dificuldades e não consegue aprender. Leituras complementares são extremamente importantes, cada artigo pesquisado apresenta informações relevantes sobre a DI.

Para ensinar bem é preciso conhecer e entender do assunto, assim o aluno com Deficiência Intelectual pode desenvolver suas funções cognitivas aprendendo e se desenvolvendo no seu tempo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 24 de setembro de 2009.

BRASIL, **Saberes e práticas da inclusão**: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 92 p.

CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Vivências do Curso de Práticas Educacionais Inclusivas na Modalidade Ead**: Relatos Dos Cursistas. Bauru: Faculdade de Ciências. Bauru/UNESP, 2012, p.237, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Bauru: UNESP/FC, 2012.

DIGIÁCOMO, Murilo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (atualizado até a Lei nº 12.796/2013, de 04 de abril de 2013). 6ª Ed. Curitiba PR. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013.
EDLER, Carvalho Rosita. A nova LDB e a Educação Especial. **WVA**. Rio de Janeiro, p.13 – 62, 1997.

FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalie Aparecida Sturaro. **Estratégias De Trabalho Para Alunos Com Deficiência Intelectual AEE**: Atendimento Educacional Especializado AEE. Disponível em
<<https://especialdeadamantina.files.wordpress.com/2014/05/estrategias-de-trabalho-para-alunos-com-di.pdf>> acesso em: 30 jun.2015.

FARIAS, Iara Rosa; SANTOS, Antônio Fernando; SILVA, Érica Bastos (2009), Reflexões Sobre a Inclusão Linguística no Contexto Escolar, *in* Díaz *et al.* (orgs.), **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas**. Salvador, EDUFBA, 39-48.

FRANÇA, Antonieta *et al.* Abordagem Pedagógica- Educativa: um percurso. **Revista Diversidade**. Madeira, n.22, p. 9-13, outubro-dezembro, 2008.

GOMES, Adriana L. Limaverde *et al.* **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília/DE Editora Cromos – 2007.

JUNIOR, Wilson Bini. **O Uso de Mídias Tecnológicas Aliadas ao Ensino Para o Desenvolvimento Cognitivo do Aluno com Deficiência Intelectual**. Trabalho apresentado à disciplina Metodologia Científica, do curso de Especialização em Mídias na Educação, Setor de Educação à Distância da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

NASCIMENTO, Eliane de Souza (2009), A Educação Profissional: interfaces com a educação especial, *in* Díaz *et al.* (orgs.), **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas**. Salvador, EDUFBA, 289-301.

RIBEIRO, Gillianderson Freitas; LIMA, Tânia de Souza; SANTOS, Marilda Carneiro (2009), Inclusão Escolar em Feira de Santana: caracterização da prática pedagógica, *in* Díaz *et al.* (orgs.), **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas**. Salvador, EDUFBA, 91-98.

ROCHA, Naiara. Construindo Conceitos Matemáticos Para Alunos Com Déficit Intelectual. **Debates em Educação**. Maceió, Vol. 2, nº 4, Jul./Dez. 2010.

SILVA, Maria Odete Emygdio; COELHO, Fernanda. Da deficiência mental à dificuldade intelectual e desenvolvimental. **Revista Lusófona de Educação**. Campo Grande, n.28, p. 163-180, dez. 2014.

SAMPAIO, Cristiane Teixeira; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha (2009), Convivendo Com a Diversidade: a inclusão escolar da criança com deficiência intelectual, *in* Díaz *et al.* (orgs.), **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas**. Salvador, EDUFBA, 71-78.

VALLE, Tânia Gracy Martins. **Práticas educativas: criatividade, ludicidade e jogos** / Tânia Gracy Martins Valle, Vera Lúcia Messias Fialho Capellini In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.

Recebido: 30 nov. 2016.

Aprovado: 09 ago. 2017.

DOI:

Como citar: SILVÉRIO, M. ; APRÍGIO, A. ; O ensino do aluno com deficiência intelectual. R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol. Medianeira, v. 8, n. 16, 2017. E – 5091.

Disponível em: <<https://periodicos.utpr.edu.br/recit>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

